

Relatório Anual da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça 2014

INTRODUÇÃO

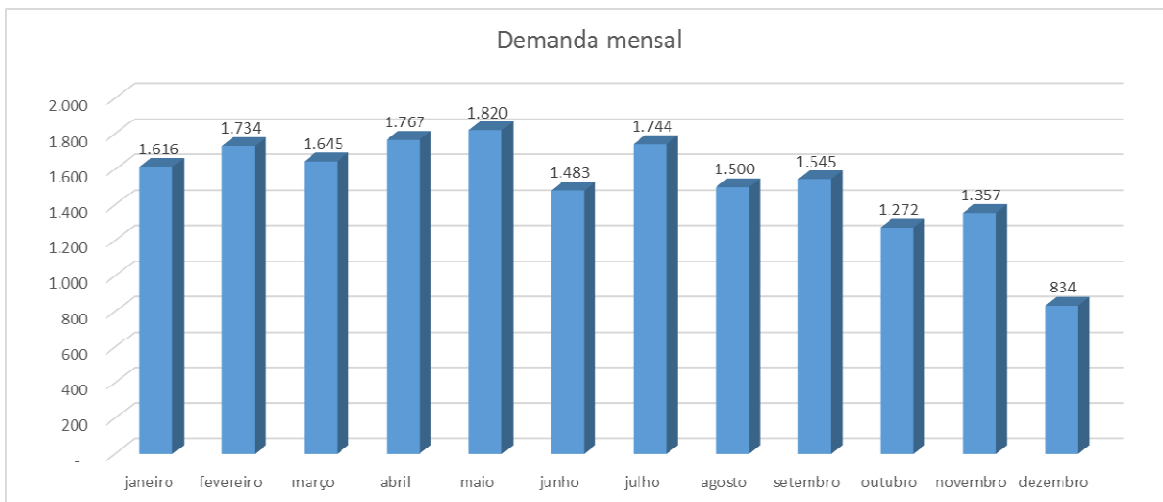
A Ouvidoria do CNJ foi criada pela Resolução n. 67, de 3 de março de 2009, que instituiu o novo Regimento Interno do Conselho, e tem suas atribuições fixadas na Resolução n. 103, de 24 de fevereiro de 2010.

No período compreendido neste relatório, exerceram a função de Ouvidor o Conselheiro GILBERTO VALENTE MARTINS, sucedido pelo Conselheiro FABIANO SILVEIRA, a partir de 2 de dezembro de 2014, o qual é substituído, em suas ausências e impedimentos pela Conselheira DEBORAH CIOCCI.

Este relatório contém dados quantitativos e qualitativos relativos às atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no ano de 2014.

1. AS DEMANDAS RECEBIDAS

No ano de 2014, a Ouvidoria recebeu 18.317 demandas, o que implica em uma média mensal de 1.526 relatos.

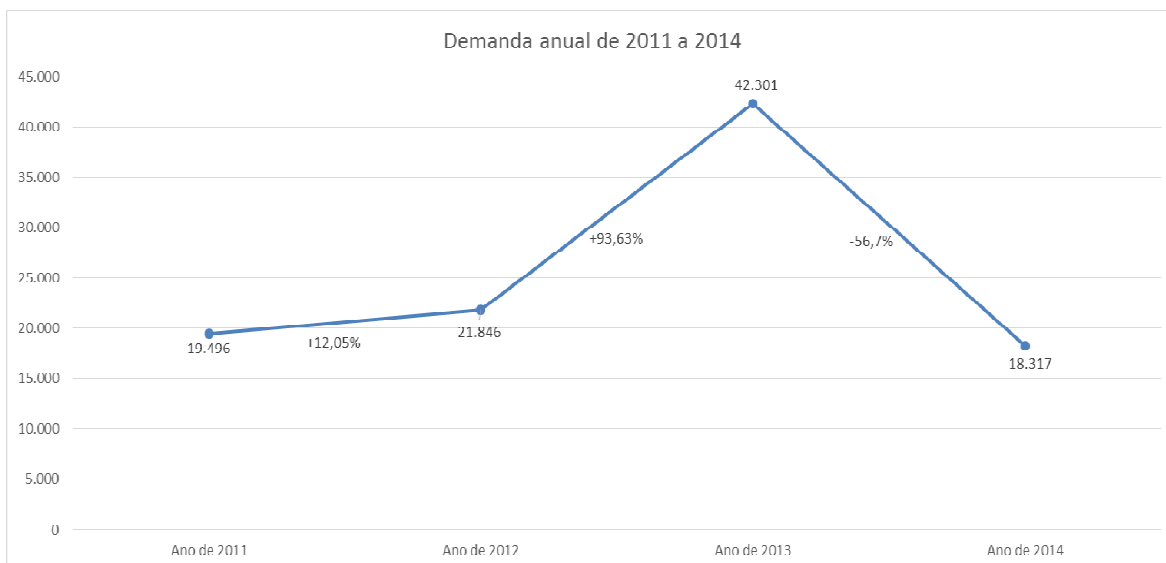


O gráfico adiante permite observar a evolução da demanda entre os anos de 2011 e 2014.

A quantidade total de relatos recebidos nos anos de 2011, 2012 e 2014 demonstram alguma constância. Em 2013, porém, a demanda da Ouvidoria quase dobrou, em razão do recebimento de manifestações a respeito de determinado processo judicial, cujo ritmo de tramitação e a decisão nele exarada causou grande repercussão nas mídias sociais.

Analisando-se apenas os anos de 2011, 2012 e 2014, a média anual alcança 19.886 registros.

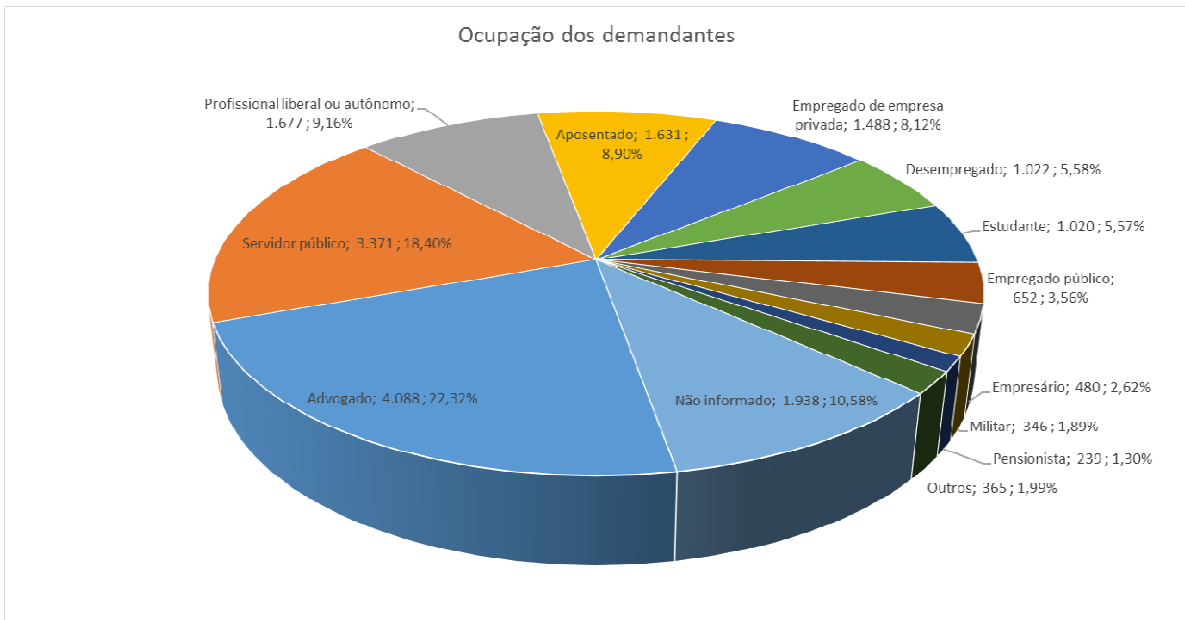
Já a demanda acumulada dos últimos quatro anos alcança 101.960 relatos atendidos na Ouvidoria.



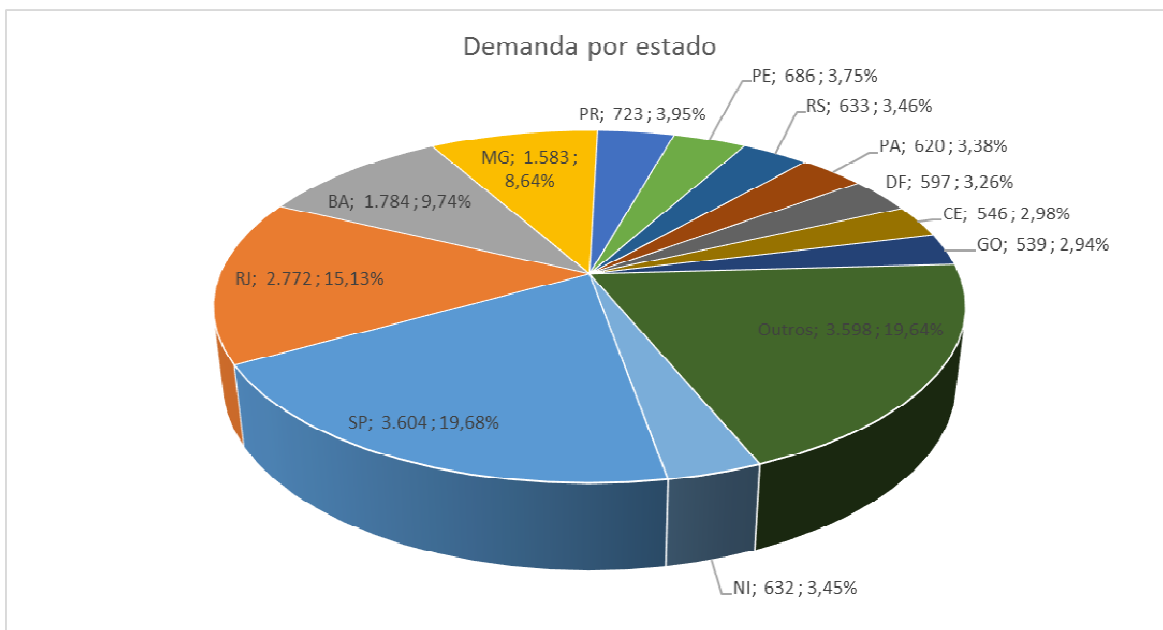
A forma de comunicação mais comum com a Ouvidoria é a virtual, com 17.473 (95,39%) manifestações recebidas pelo sistema eletrônico de atendimento na internet e 717 (3,91%) por correio eletrônico. As demais manifestações foram recebidas por ligação telefônica (67), atendimento pessoal (23), por correspondência (22) e por ofício (15).



Há predominância de manifestações enviadas por advogados, servidores públicos, profissionais liberais e aposentados, como demonstra o gráfico a seguir:



O quadro seguinte registra o número de demandas conforme o Estado de origem. O maior número de manifestações provém de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais:



2. OS TEMAS DAS DEMANDAS

As manifestações recebidas na Ouvidoria são classificadas segundo tipos e temas. O tema *morosidade processual* figura em primeiro lugar, representando 46,98% das manifestações recebidas.

Os relatos que tratam de *decisão judicial* aparecem em segundo lugar (4,05%), e, em terceiro, figuram as *demandas alheias à competência do Conselho Nacional de Justiça* (3,74%).

Em resposta às manifestações a respeito de decisão judicial, a Ouvidoria orienta o interessado a procurar um advogado ou a Defensoria Pública, para auxiliá-lo na adoção de medidas processuais próprias.

Nos casos de manifestação alheia a competência do CNJ, a Ouvidoria orienta o interessado a procurar o órgão competente para o tratamento da demanda.

Assunto	Reclamação	Informação	Solicitação	Pedido de acesso à informação	Sugestão	Elogio	Denúncia	Total Geral
Morosidade processual no Poder Judiciário	8.499	56	71	6	1		1	8.634
Decisão judicial	704	10	21	3	1		5	744
Demanda fora da competência do CNJ	532	59	64	7	10		16	688
Matéria de cunho jurisdicional	516	32	117	5				670
Atuação de magistrado	441	15	6	4	1	33	29	529
Demanda insuficiente para classificação	320	80	71	18	4	2	4	499
Como peticionar ao CNJ	283	122	50	1	5	4	2	467
Consulta jurídica	118	250	72	17			1	458

Assunto	Reclamação	Informação	Solicitação	Pedido de acesso à informação	Sugestão	Elogio	Denúncia	Total Geral
Andamento/situação de processo judicial	172	128	37	53	1		1	392
Administração de tribunal	326	21	19	1	2		4	373
Funcionamento/procedimento de vara/comarca	298	11	8	1		6		324
Serventia extrajudicial	216	59	28	3	4	1		311
Concurso público para servidor do Poder Judiciário	228	31	18	3	1			281
Processo Judicial Eletrônico (PJe)	148	39	10	5	17			219
Andamento/situação processual no CNJ (sem sigilo)	55	53	52	21				181
Melhorias para o Poder Judiciário	7	1	12		150	2		172
Atuação do Supremo Tribunal Federal	124	10	14	8	1			157
Consulta de mérito	19	90	33	3	2			147
Execução penal (regime de cumprimento de pena)	117	12	12	3	1		2	147
Atos normativos do CNJ	15	46	49	1	6	1		118
Atuação de servidor/funcionário do Poder Judiciário	95	4	1	1		13	2	116
Extravio de processo ou documento/restauração de autos	115		1					116
Pesquisa	4	67	30	15				116
Conciliação e mediação	8	64	31	1	7			111
Cumprimento de decisão judicial	96		6	1				103
Acesso a sistemas do CNJ	44	17	27	6	2			96
Recebimento de documento no CNJ/protocolo/número de processo	6	67	7	13				93
Andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça	36	22	20	11		1		90
Decisão do CNJ	73	9	4	2		1		89
Sistema carcerário e sistema de execução de medidas socioeducativas	57	10	9	4			7	87
Acesso a sistemas de informação de órgão do Poder Judiciário	59	14	3	1	6			83
Pagamento e gestão de precatórios (Res. 115/2010, Res. 123/2010 e Res. 145/2012)	54	13	5	4				76
Informações gerais sobre o CNJ		37	7	24			1	69
Atuação do CNJ	20		12		3	33		68
Resposta/atuação da Ouvidoria do CNJ	11	25	12	1		19		68
Andamento/situação processual no CNJ (com sigilo)	25	15	13	11				64
Cumprimento de decisão do	56	4	1	1			2	64

Assunto	Reclamação	Informação	Solicitação	Pedido de acesso à informação	Sugestão	Elogio	Denúncia	Total Geral
CNJ								
Cadastro Nacional de Adoção - CNA (Res. 54/2008 e Res. 93/2009)	12	28	10	5	2			57
Projetos/programas do CNJ	6	27	13	5	5	1		57
Projeto Pai Presente	11	34	3	1	6	1		56
Concurso público para a outorga das delegações de notas e de registro (Res. 81/2009 e Res. 122/2010)	38	10	4		3			55
Atividade jurídica (Res. 75/2009)	6	35	7	2				50
Justiça Aberta	15	11	11	5	1			43
Autor. de viagem para o ext. de crianças e adolescentes (Res. 131/2011)	3	28	10		1			42
Banco de Dados de Mandados de Prisão - BNMP (Res. 137/2011)	14	11	10	2	2	1		40
Morosidade processual no CNJ	35		1	1				37
Atos administrativos de tribunal	27	3	5	1				36
Outros concursos públicos	28	4	1		2			35
Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa - CNIA (Res. 44/2007, Res. 50/2008 e Res. 172/2013)	6	19	4	3				32
Inspecões no Poder Judiciário	19	8	2	2				31
Curso promovido pelo CNJ	7	13	6	1	2			29
Cartilhas produzidas pelo CNJ	2	5	17	1				25
Nepotismo no Poder Judiciário	13	10	1					24
Competência do CNJ	4	17	1					22
Justiça em Números/estatísticas	2	14	3	2	1			22
Concurso público para servidor do CNJ		11	3	7				21
Assistência judiciária	2	3	15					20
Portal do CNJ	5	9	3		3			20
Tentativa de golpe utilizando o nome do CNJ	7	3	2				8	20
Nepotismo nos demais Poderes	12	5	1					18
Atuação de Ouvidoria de Tribunal	11	3	2			1		17
Outros	170	159	126	58	22	11	2	548
Totais	14.352	1.963	1.214	355	275	131	87	18.377

Obs.: o relato pode ser classificado com mais de um tipo e tema.

Em face a grande demanda de reclamações sobre a demora processual, a Ouvidoria tem promovido trabalho com as ouvidorias dos tribunais, a fim de efetivar a constante melhoria dos serviços prestados pelo Poder Judiciário, conforme missão definida pela Resolução CNJ nº. 103/2010.

Os resultados positivos da atuação em rede com os demais órgãos do Poder Judiciário têm sido evidenciados, principalmente, por meio das informações

recebidas dos órgãos em resposta às manifestações, mas também pelo retorno dos próprios cidadãos.

2.1 DADOS DOS PROCESSOS

Dos relatos recebidos no ano, 10.931 (59,68%) continham os dados do processo a que se referiam, como número, unidade judiciária, classe e situação de julgamento, ou seja, se o processo fora julgado ou se encontrava em fase de execução.

A tabela abaixo agrupa os dados dos processos objeto de manifestação, conforme tratem de feitos julgados ou em fase de execução.

Localização	Julgado			Em execução			Totais
	Sim	Não	NA	Sim	Não	NA	
Justiça Estadual	3.282	4.329		2.570	5.041		7.611
Justiça Federal	523	682		354	851		1.205
Justiça do Trabalho	699	202		537	364		901
Conselho Nacional de Justiça			417			417	417
Superior Tribunal de Justiça	116	198		97	217		314
Supremo Tribunal Federal	109	136		93	152		245
Tribunal Superior do Trabalho	44	90		39	95		134
Justiça Eleitoral	18	58		13	63		76
Tribunal Superior Eleitoral	1	16		2	15		17
Superior Tribunal Militar	4			4			4
Justiça Militar Estadual	2	1		3			3
Justiça Militar da União	2	1		2	1		3
Não informado		1			1		1
Total geral	4.800	5.714	417	3.714	6.800	417	10.931
	38,20%	57,60%	4,20%	39,99%	55,81%	4,20%	100,00%

NA: não se aplica.

Das manifestações que continham dados do processo, a maior parte, 7.545 (69,02%), tratava de *morosidade processual*. Em seguida, figuram as demandas a respeito de *decisões judiciais*, no total de 507 (4,64%). Em terceiro, vieram demandas concernentes a *matéria de natureza jurisdicional*, com 490 (4,48%).

2.2 PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Recebemos no ano de 2014 um total de 347 pedidos fundamentados na Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei no 12.527/2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012.

Destaque-se que a maior parte dos pedidos solicitava informações sobre o andamento de processos judiciais, com 53 registros. Recebemos, ainda, 41 pedidos de informação sobre processos em curso no Conselho Nacional de Justiça ou na Corregedoria Nacional de Justiça.

Doze manifestações se referiam à cadastros e bancos de dados criados pelo CNJ, como o Banco de Dados de Mandados de Prisão - BNMP, o Cadastro Nacional de Adoção - CNA e o Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa - CNIA.

2.3 MOROSIDADE PROCESSUAL

A maior parte das demandas recebidas na Ouvidoria, de forma recorrente, compõe-se de manifestações referentes à morosidade processual no Poder Judiciário e representou 46,98% (8.634) dos registros recebidos no ano de 2014. Tomando em conta apenas as demandas com essa classificação temática, 98,44% (8.499) são reclamações.

Os quadros a seguir apresentam o perfil do usuário que registra manifestações sobre demora processual.

	Pessoa com deficiência ou doença grave		Idoso		Sexo	
	Totais	%	Totais	%	Totais	%
Não	7.958	92,17%	7.284	84,36%	Feminino	2.803 32,46%
Sim	676	7,83%	1.350	15,64%	Masculino	5.831 67,54%
Totais	8.634	100%	8.634	100%	Totais	8.634 100%

Relativamente à origem por Estado, o Pará tem o maior percentual de demandas referentes à morosidade processual, com 72,3% do total ali originado, seguida da Bahia, com 59,09%, e do Rio Grande do Norte, com 55,95%. A tabela a seguir apresenta tais dados:

UF	Morosidade processual	Total	%
PA	449	621	72,30%
BA	1.056	1.787	59,09%
RN	127	227	55,95%
MA	186	336	55,36%
GO	292	539	54,17%
CE	296	548	54,01%
PB	213	401	53,12%
MS	158	298	53,02%
RJ	1.469	2.779	52,86%
PE	361	687	52,55%
PI	120	232	51,72%
AM	151	298	50,67%
AL	111	226	49,12%
ES	174	381	45,67%
MG	702	1586	44,26%

UF	Morosidade processual	Total	%
MT	149	351	42,45%
SP	1.523	3.614	42,14%
TO	44	107	41,12%
RO	53	132	40,15%
SE	57	144	39,58%
RS	248	634	39,12%
DF	212	603	35,16%
AP	11	33	33,33%
RR	12	36	33,33%
PR	231	726	31,82%
SC	113	380	29,74%
AC	7	30	23,33%
NI	109	641	17,00%
Total Geral	8.634	18.377	46,98%

NI: não informado.

Do total de manifestação classificadas como morosidade processual, analisamos a seguir as 7.545 que continham informações sobre o processo, como número, unidade judiciária, classe e situação de julgamento, ou seja, se o processo fora julgado ou se se encontrava em fase de execução.

Considerando este universo de dados, o maior percentual de demandas é afeta à Justiça estadual e federal; desses, a maioria se referia a processos sem julgamento. A terceira maior demanda versa sobre processos trabalhistas, e, diversamente da Justiça comum, se refere em maior parte a processos julgados. Vide a tabela a seguir.

Localização	Julgado			Em execução			Totais
	Não	Sim	NA	Não	Sim	NA	
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	478	459		599	338		937
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	403	374		458	319		777
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	513	230		554	189		743
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	315	158		368	105		473
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	292	136		292	136		428
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	303	95		361	37		398
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	196	50		186	60		246

Localização	Julgado			Em execução			Totais
	Não	Sim	NA	Não	Sim	NA	
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	171	64		175	60		235
Superior Tribunal de Justiça	161	63		169	55		224
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	136	85		162	59		221
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	88	80		98	70		168
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	114	53		111	56		167
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	20	140		48	112		160
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	79	67		95	51		146
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	85	58		102	41		143
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	83	58		86	55		141
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	84	37		98	23		121
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	71	50		78	43		121
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	74	47		82	39		121
Tribunal Superior do Trabalho	83	38		87	34		121
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	35	84		51	68		119
Conselho Nacional de Justiça			114			114	114
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	54	44		58	40		98
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	70	26		76	20		96
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul	58	31		56	33		89
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	51	36		64	23		87
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	46	35		52	29		81
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	47	27		48	26		74
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	46	27		60	13		73
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	17	39		21	35		56
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	8	43		9	42		51
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	26	20		36	10		46

Localização	Julgado			Em execução			Totais
	Não	Sim	NA	Não	Sim	NA	
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	21	18		23	16		39
Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	15	18		21	12		33
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	22	7		20	9		29
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	6	23		12	17		29
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	4	24		5	23		28
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	11	10		14	7		21
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	3	14		5	12		17
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	4	13		7	10		17
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	14	3		13	4		17
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região		14		1	13		14
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	4	8		6	6		12
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	2	9		3	8		11
Tribunal Superior Eleitoral	10	1		9	2		11
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	3	7		3	7		10
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	9	1		10			10
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	7	2		7	2		9
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	3	6		5	4		9
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	4	5		6	3		9
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	6	2		7	1		8
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	3	4		2	5		7
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	2	5		5	2		7
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	3	3		3	3		6
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	2	2		2	2		4
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	1	3		2	2		4
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região		4			4		4

Localização	Julgado			Em execução			Totais
	Não	Sim	NA	Não	Sim	NA	
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	1	3		4			4
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	1	3			4		4
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	1	3		2	2		4
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	1	3		2	2		4
Superior Tribunal Militar		3			3		3
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	2	1		3			3
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina		3		2	1		3
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	2			1	1		2
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	2			2			2
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	2			1	1		2
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	2			2			2
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	2			2			2
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	2			2			2
Auditorias da 12ª CJM		1			1		1
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região		1			1		1
Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	1			1			1
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	1				1		1
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	1			1			1
Não informado			1			1	1
Total Geral	4.387	2.981	114	4.956	2.412	114	7.483
	58,63%	39,84%	1,52%	66,23%	32,23%	1,52%	100,00%

NA: não se aplica.

Não foram computados os processos em tramitação no STF.

2.4. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO NOME DO CNJ

A Ouvidoria continua a receber notícias de tentativas de estelionato contra pessoas que são parte em processos judiciais. No ano de 2014, foram recebidas vinte (20) manifestações em que foi utilizado o nome do CNJ, e duas (2) em que o nome de outro órgão do Poder Judiciário foi utilizado indevidamente. O procedimento recorrente consiste em o golpista, usando do nome do CNJ ou de tribunal, solicitar vantagem indevida à possível vítima mediante promessa de intermediação para recebimento de valores pendentes de pagamento em causas em tramitação no Poder Judiciário.

A Ouvidoria tem orientado os cidadãos acerca da atuação do CNJ e informando que as decisões do Conselho são de natureza administrativa e que não faz contato telefônico para cobrar valores referentes a ações em curso no Poder Judiciário.

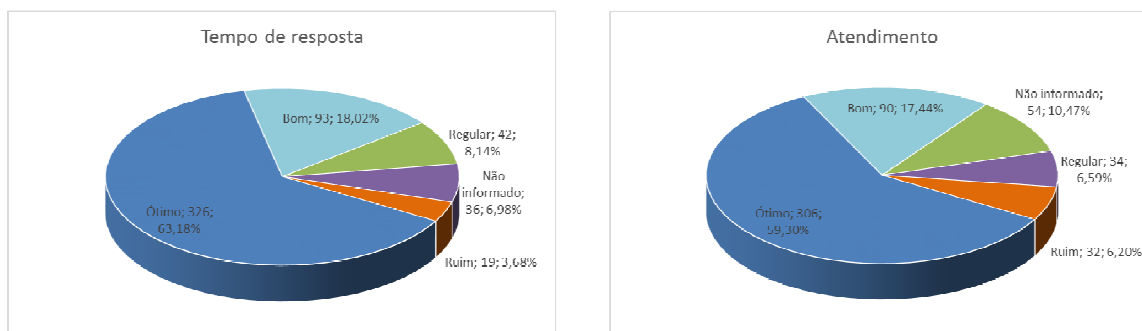
3. A PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DO CNJ

A tabela abaixo explicita a participação das unidades do CNJ que mais são demandadas pelos cidadãos, demonstrando a importância do auxílio das unidades para o adequado desfecho das solicitações iniciadas na Ouvidoria:

Setor	Total Geral
Corregedoria Nacional de Justiça	484
Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas	290
Secretaria Processual	160
Seção de Protocolo e Digitalização	97
Departamento de Pesquisas Judiciárias	72
Gabinete do Conselheiro Emmanoel Campelo	59
Secretaria de Comunicação Social	42
Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário	33
Departamento de Gestão Estratégica	26
Seção de Seleção e Gestão de Desempenho	16
Diretoria Geral	14
Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações	14
Gabinete do Conselheiro Rubens Curado Silveira	12
Gabinete do Conselheiro Guilherme Calmon Nogueira da Gama	10
Secretaria-Geral	10
Gabinete do Conselheiro Saulo Casali Bahia	9
Seção de Legislação	9
Gabinete da Conselheira Deborah Ciocci	8
Gabinete da Conselheira Luiza Cristina Fonseca	6
Departamento de Acompanhamento Orçamentário	5
Gabinete do Conselheiro Fabiano Silveira	5
Outros	21
Total Geral	1.402

4. AVALIAÇÃO DA RESPOSTA

Com o objetivo de aferir o grau de qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria, tem-se oferecido aos cidadãos a opção, não obrigatória, de avaliar a resposta e a atuação da Ouvidoria, no que refere aos fatores atendimento, tempo para resposta, desfecho e clareza da resposta. Foram avaliadas 516 respostas, e os resultados obtidos estão detalhados nos gráficos e tabela a seguir:



	Clareza		Satisfação quanto ao desfecho	
	Totais	%	Totais	%
Sim	388	75,19%	289	56,01%
Não	128	24,81%	227	43,99%
Total	516	100,00%	516	100,00%

Os dados demonstram considerável satisfação dos demandantes quanto ao atendimento, tempo para envio da resposta e a clareza das informações prestadas. Também se pode verificar índice positivo quanto ao desfecho do tratamento das manifestações enviadas pelos cidadãos que procuram os serviços da Ouvidoria.

5. ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS A OUTROS ÓRGÃOS

Conforme dispõem os arts. 2.º e 4.º, III, da Resolução 103/2010, do CNJ, houve, no período, 7.817 encaminhamentos às ouvidorias e corregedorias dos tribunais e a outros órgãos judiciais. Essas demandas tratavam de atraso na movimentação processual e de questões específicas dos órgãos jurisdicionais. Quando necessário, considerando a hipótese do art. 7.º, I, da resolução, houve orientação aos demandantes para direcionar seu questionamento ao CNJ.

O quadro a seguir apresenta informações detalhadas sobre esses encaminhamentos:

Órgão de Destino	Acompanhamento com solução	Acompanhamento sem solução	Encaminhado sem acompanhamento	Em acompanhamento	Total Geral
------------------	----------------------------	----------------------------	--------------------------------	-------------------	-------------

Órgão de Destino	Acompanhamento com solução	Acompanhamento sem solução	Encaminhado sem acompanhamento	Em acompanhamento	Total Geral
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)	1.018	1	45		1.064
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)	797	11	56	1	865
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA)	594	155	27	71	847
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG)	447	2	25		474
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA)	313	12	3		328
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE)	224	19	21	4	268
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3)	235	2	14		251
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE)	230	4	6	5	245
Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	210	21	13		244
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO)	182	1	10		193
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS)	178	1	5		184
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	177		6		183
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR)	51	97	12	11	171
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB)	152	2	12		166
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (TST e CSJT)	139	3	14		156
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2)	134	2	12		148
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)	128		8		136
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES)	129		5		134
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)	75	52	3	4	134
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1)	122		10		132
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT)	110	1	9	1	121
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM)	100	6	3		109
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN)	93	8	3	2	106
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (TJMS)	89		5	1	95
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL)	57	18	4	8	87

Órgão de Destino	Acompanhamento com solução	Acompanhamento sem solução	Encaminhado sem acompanhamento	Em acompanhamento	Total Geral
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC)	82		2	1	85
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)	77	2	4		83
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI)	68	7	7		82
Seção de Informação ao Sistema Prisional do Estado de São Paulo (TJSP)	73		7		80
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15)	60	2	9		71
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5)	42	1	4		47
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5)	41	2	2		45
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins (TJTO)	34	1	1		36
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE)	33		2		35
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6)	28		1	1	30
Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)	1		28		29
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO)	23	1	1		25
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4)	22	1	2		25
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10)	17	3	4		24
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT16)	20	2	2		24
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3)	19		3		22
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia (TRE-BA)	13		1		14
Central do Eleitor - Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	6		6		12
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4)	11		1		12
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT19)	6	4	1		11
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9)	9		2		11
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7)	9		1		10
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT17)	9				9
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (TRT21)	8		1		9

Órgão de Destino	Acompanhamento com solução	Acompanhamento sem solução	Encaminhado sem acompanhamento	Em acompanhamento	Total Geral
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária do Paraná (TRF4/SJPR)	8	1			9
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP)	8				8
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (TRF4/SJRS)	2	5	1		8
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR)	6		1		7
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC)		5	2		7
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11)	6		1		7
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20)	7				7
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT13)	5			1	6
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT18)	5		1		6
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI)	6				6
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ)	5		1		6
Núcleo de Informação ao Cidadão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)		2	2		4
Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	4				4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT24)	4				4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8)	3		1		4
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina (TRE-SC)	3	1			4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT12)	2		1		3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14)	3				3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TRT22)	3				3
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária de Santa Catarina (TRF4/SJSC)	2		1		3
Central do Cidadão e Atendimento - Supremo Tribunal Federal (STF)			2		2

Órgão de Destino	Acompanhamento com solução	Acompanhamento sem solução	Encaminhado sem acompanhamento	Em acompanhamento	Total Geral
Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Pará - Capital (TJPA)	1			1	2
Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (TST)		2			2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT23)	2				2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais (TRE-MG)	2				2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco (TRE-PE)	2				2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP)	1		1		2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas (TRE-AM)	2				2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte (TRE-RN)		1	1		2
Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)	1				1
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)	1				1
Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Pará - Interior (TJPA)	1				1
Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)	1				1
Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS)	1				1
Corregedoria Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT02)	1				1
Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG)	1				1
Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral (TSE)		1			1
Corregedoria-Geral da Justiça Federal/Conselho da Justiça Federal (CJF)		1			1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba (TRE-PB)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás (TRE-GO)	1				1

Órgão de Destino	Acompanhamento com solução	Acompanhamento sem solução	Encaminhado sem acompanhamento	Em acompanhamento	Total Geral
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins (TRE-TO)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão (TRE-MA)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará (TRE-PA)			1		1
Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA)			1		1
Serviço de Informações ao Cidadão do Conselho da Justiça Federal (CJF)			1		1
Total Geral	6.800	463	442	112	7.817
%	86,99%	5,92%	5,65%	1,43%	100%

Na maior parte dos encaminhamentos aos órgãos do Judiciário, solicita-se que a providência adotada seja informada à Ouvidoria do CNJ, para registro ou adoção de medidas. Das manifestações acompanhadas, 6.800 (86,99%) obtiveram solução, enquanto que 112 (1,43%) permaneciam em acompanhamento e 463 (5,92%) foram finalizadas sem solução. Nos 442 (5,65%) registros restantes não foi solicitado retorno do órgão.

Três (3) manifestações foram remetidas à Ouvidoria do Conselho Nacional do Ministério Público, uma (1) ao Ministério da Justiça e outras duas (2) a órgãos da Defensoria Pública.